



# GRAVES CONFLITOS NOS ESTADOS AFRICANOS DA FAIXA SAHELIANA

Hélio Felgas

---

Reprodução de matéria publicada na *Revista Militar* de Portugal (n.º 6 de junho de 1990).

Focaliza conflitos em mera região fora do âmbito de influência do País. Mostra o drama das nações africanas e as facetas mais trágicas do Terceiro Mundo, desestimulando a aceitação do pensamento de que nele se inclua o Brasil.

---

O Sahel é a faixa semi-árida que separa o deserto do Saara das florestas tropicais africanas, desde o Atlântico ao Mar Vermelho. Grosso-modo, ocupa toda a zona entre o Trópico de Câncer e o paralelo de 15 graus Norte.

Os Estados africanos que vamos focar neste trabalho encontram-se todos nesta faixa, se não totalmente, pelo menos em parte dos respectivos territórios. E todos foram severamente atingidos pelas tremendas secas que, quer na década de 70 quer

na de 80 (em especial de 1983 a 1985), flagelaram o Sahel.

Desta forma a seca contribuiu, e de forma dramática, para a difícil situação socio-económica por que esses Estados passaram nos últimos anos, aliando-se à guerra para fazer aumentar o número de mortos, de esfomeados e de refugiados.

De Oeste para Leste, falaremos primeiro no conflito entre o Senegal e a Mauritânia, aliás tão pouco noticiado na Imprensa portuguesa, apesar de ter causado largas centenas de



mortos e mais de 120.000 refugiados, encontrando-se ainda hoje por resolver, e constituindo motivo de preocupação internacional, dados os preparativos bélicos feitos pelos dois países.

Seguidamente focaremos o litígio entre o Tchad e a Líbia, que originou combates desgastantes, com a intervenção mais ou menos direta das forças militares francesas que deram aos tchadianos um apoio de retaguarda precioso, para eles poderem progredir e atacar vitoriosamente os blindados líbios.

Por último, referiremos a situação no Sudão, onde a mais antiga guerra africana continua destruindo vidas e haveres.

Além da situação geográfica, que mais têm estes conflitos de comum?

Várias coisas.

Em primeiro lugar os conflitos estão em geral ligados às fronteiras herdadas da época colonial, as quais a Organização da Unidade Africana (OUA) tem sempre procurado manter (como um mal menor, diga-se desde já) e que os próprios países aceitaram ao ascenderem à independência. Hoje, porém, reconhecem-se graves irregularidades, como no caso Senegal-Mauritânia, ou indefinições perigosas como entre a Líbia e o Tchad, estas resultantes de uma atual melhor prospecção mineira que valoriza terras outrora consideradas inúteis e, portanto, onde não era necessário entrar-se em conflito para a sua posse.

Não vai ser fácil remediar o problema.

Outro ponto comum nestes conflitos é a heterogeneidade étnico-religiosa existente entre os Estados, ou mesmo dentro dos próprios Estados.

No Sudão, por exemplo, os árabes islamizados dominam a metade norte, enquanto os negros animistas e cristãos dominam a metade sul. A Líbia árabe apóia os guerrilheiros negros islamizados do norte do Tchad, cujo Governo procura manter a ordem num imenso território, onde às diferenças religiosas se junta uma grande diversificação tribal. Na Mauritânia, o norte é nomadizado pelos árabe-bérberes (ou mouros), em maioria brancos, e o sul é povoado por negros, embora todos estejam hoje islamizados. Só que a religião, mesmo a muçulmana, nem sempre consegue sobrepor-se às diferenças étnico-raciais (como vimos entre o Irã e o Iraque).

Igualmente comuns têm sido as dificuldades económico-políticas com que lutam todos os Estados em questão, com realce para o Sudão, o Tchad e a Mauritânia.

Finalmente, é também comum a dificuldade na resolução pacífica desses conflitos, apesar do atual bom ambiente político internacional. E a pressa nas negociações pode ser contraproducente, como se verificou em Gbadolite, entre o MPLA e a UNITA.

## SENEGAL—MAURITÂNIA

Não se encontra ainda resolvida a recente crise entre o Senegal e a



Mauritânia, crise que causou centenas de mortos dos dois lados e reavivou dissidências e ódios seculares.

Tudo começou pela morte de dois pastores senegaleses, quando apascentavam o seu gado numa das efemeramente verdejantes ilhotas que a época seca faz aparecer no meio do rio Senegal, que serve de fronteira entre os dois Estados.

Em terras semidesérticas, como são as de quase todo o território da Mauritânia e a parte norte do Senegal, o rio fronteiro assume a importância do ouro ou do petróleo em outras regiões. Durante a época das chuvas, de junho a novembro, o rio chega para todos e não há ilhotas verdejantes. Mas no final de abril, a água já é pouca e a divisória limítrofe só serve para lançar confusão.

De fato, segundo Dakar, os franceses, ao delimitarem os territórios que passaram a constituir a África Ocidental Francesa, fizeram passar a fronteira entre as duas colônias pela margem direita do rio Senegal. Isto é, deram todo o rio ao Senegal, que sempre foi a sua colônia privilegiada — e única onde foi concedida a cidadania francesa a africanos.

Ora, na África atual, a regra básica formalmente aceite por todos os Estados e pela OUA é a do escrupuloso respeito pelos limites traçados pelo colonialismo, ainda que, como sucede aqui e em inúmeros outros casos por toda a África, esses limites sejam totalmente ilógicos, separando membros de uma mesma tribo e, até, de uma mesma família.

Claro que, na prática, os pastores e agricultores africanos têm imensa dificuldade em respeitar tais fronteiras, tanto mais que só raramente elas se encontram sinalizadas. É o que acontece com os Jalofos mauritanos que, em grande número, vivem na margem direita do rio Senegal e, com o apoio do seu Governo, consideram como fronteira o meio do rio. Há muito que eles pastoreiam os seus rebanhos na margem direita do rio, enquanto os Jalofos senegaleses pastoreiam os seus na margem esquerda. E, durante a época seca, a "posse" das ilhas verdejantes surgidas no meio do rio tem sido objeto de negociações locais, nem sempre fáceis nem pacíficas.

Foi o que aconteceu agora. Mas desta vez fatores houve que agravaram violentamente o incidente, tornando-o um *casus belli* entre os dois Estados fronteiriços.

Como sempre sucede, as versões divergem conforme as fontes. Começa logo pela morte dos dois pastores senegaleses. Dakar afirmou terem sido policiais mauritanos mouros os seus autores. Nuakchott disse que tinham sido mouros mas civis. A diferença parece sutil, mas talvez não seja.

O certo é que, como um rastilho, a violência correu 200 quilômetros, desde o rio até Dakar, onde, no final de abril de 1989, grupos de senegaleses saquearam as lojas dos mouros, matando uns tantos. Por sua vez, em Nuakchott, numerosos senegaleses



foram assassinados por grupos de mauritanos. Então, em Dakar, a tensão explodiu e centenas de mauritanos foram chacinados e as suas habitações e estabelecimentos destruídos. O mesmo aconteceu na capital mauritana, também num clima de violência, ódio e selvajeria, que só as lutas étnicas conseguem atingir. Em ambas as cidades, a polícia local mostrou-se incapaz de impedir os massacres.

Quando, já em maio, o cansaço fez parar (?) o morticínio, Dakar expulsou 50.000 mauritanos e Nuakchott fez o mesmo a 70.000 senegaleses. Na sua maior parte, esses repatriados viviam há anos, ou talvez mesmo gerações, nos países de onde agora eram expulsos.

Esses horríveis acontecimentos levaram diversos Estados e organizações internacionais a intervir, tentando uma mediação tão urgente quanto possível. Até agora, porém, não se conhecem resultados favoráveis.

O presidente da OUA, então em exercício, Moussa Traoré, do Mali, promoveu por duas vezes reuniões dos ministros do Interior dos dois países, mas nenhuma reconciliação foi possível. Pelo contrário, um dos ministros teria mesmo encarado a hipótese de uma guerra entre os dois países. Mas o presidente senegalês logo fez saber que o Senegal "não queria a guerra".

Por sua vez, o presidente francês, François Mitterrand, que na altura tomava parte na Cimeira francófona de

Dakar, realizada na segunda metade de maio, enviou o seu ministro dos estrangeiros a Nuakchott, com uma mensagem apaziguadora, cujo efeito não foi divulgado. Mas sabe-se como a Mauritânia tende atualmente a preferir a Liga Árabe à proteção francesa.

Idênticas mensagens foram enviadas pelo presidente Mobutu, do Zaire, por Yasser Arafat, cuja Organização de Libertação da Palestina recebe auxílio de ambos os países rivais, pelo presidente tunisino etc.

Já em junho, o Secretário-Geral da ONU enviou delegados seus às duas capitais, depois de os representantes do Senegal e da Mauritânia naquela Organização terem pedido auxílio para a reinstalação dos 120.000 repatriados.

E na sua 25.<sup>a</sup> reunião, em Addis Abeba, no final de julho, a OUA mostrou preocupação pelo conflito, tendo o novo presidente da Organização, o presidente Mubarak, do Egito, enviado logo delegados seus a ambos os Estados sem, no entanto, conseguir resultados favoráveis definitivos.

Ainda no final de agosto, o governo de Nuakchott expulsou o embaixador senegalês, reavivando a crise. Em resposta, o Senegal cortou relações com a Mauritânia, fato que só contribuiu para dificultar as diligências que a OUA de Mubarak começava a tentar.

De qualquer forma, ninguém consegue compreender como é que um



pequeno (e habitual) conflito local, de que apenas resultaram duas mortes, pôde transformar-se num horrível morticínio de centenas de inocentes, na expulsão recíproca de 120.000 pessoas e na criação de uma situação tão grave que, apesar da enorme atividade diplomática desenvolvida, até pode levar à guerra entre os dois países, que agora mantêm tropas frente a frente, só separadas pelo rio Senegal.

Por isso há quem atribua tão fantástica e rápida escalada de violência também à difícil situação político-social interna dos dois Estados. Isto para já não falar nos inconvenientes da atual delimitação fronteiriça na África e na tragédia que, nestes últimos anos, a falta de chuvas fez cair sobre a zona do Sahel — zona a que geograficamente pertencem os dois países.

Quanto à Mauritânia, ela estabelece a transição entre o Magrebe árabe e a África negra. Quase dois terços da sua população, de apenas 1,7 milhão de habitantes, descendem de mouros (árabes-bérberes) ou do cruzamento destes com africanos negros. O resto São Fulas (Peuls e Jalofos, raças tipicamente negro-africanas).

Essa diferenciação racial não tem contribuído para um bom relacionamento, nem entre as populações do Norte e do Sul, nem até entre os habitantes da capital, Nuakchott, que hoje alberga quase um terço da população global do país (um aumento de 5 vezes nos últimos dez anos), vi-

vendo em muito precárias condições de habitabilidade.

Apesar da inegável recuperação econômica levada a cabo pelo atual presidente Ould Taya, com base na exploração do ferro e do cobre e na pesca atlântica, a situação da Mauritânia não é desafogada. E a estabilidade política, embora crescente, também ainda não permite o necessário progresso democrático.

Por tudo isto, o desemprego é grande e a tensão racial não favorece a situação. Os morticínios agora ocorridos teriam sido uma válvula de escape.

No que se refere ao Senegal, considerado o único país democrático da África negra, sofre as conseqüências da sua quase monocultura (o amendoim) e da macrocefalia da sua capital. Nos últimos anos, o Senegal tem conhecido crises alimentares, em especial nos dois meses antes das colheitas de outubro, pois, como dissemos, o país faz parte da faixa saheliana ultimamente tão atingida pela seca.

Dá que Dakar tenha hoje mais de um milhão de habitantes vivendo em condições bastante más, não só de habitabilidade como de emprego.

Não há dúvida, porém, que nenhuma circunstância pode justificar o que, em plena época de desanuviamiento político à escala mundial, aconteceu entre o Senegal e a Mauritânia.

Refira-se ainda que, já em agosto de 1989, o Senegal deparou com novo problema fronteiriço, mas desta vez



no Sul, com a Guiné-Bissau. Como se sabe, o traçado desta fronteira sempre foi criticado nos tempos modernos, pois em vez de passar por um dos dois rios locais, o Casamance senegalês e o Cacheu guineense, passa entre ambos, embora eles sejam paralelos e corram próximo um do outro. As dificuldades só surgiram depois de a Guiné se tornar independente e, em especial, depois de se saber que há possibilidades de haver petróleo na faixa litoral. Foi criado um tribunal arbitral, que acabou por dar razão ao Senegal, mas esta decisão não foi aceite por Bissau, que desenvolveu logo grande atividade diplomática no sentido de ela ser anulada e substituída por outra que lhe fosse favorável. Portugal foi a primeira nação que se declarou a favor da Guiné, mas a questão está longe de ver o seu termo.

## LÍBIA — TCHAD

Embora a Líbia seja independente desde 1951 e o Tchad desde 1960, a fronteira entre os dois países continua por definir, sabendo-se apenas que se situa em pleno deserto do Saara, pertencendo o maciço do Tibesti e os planaltos de Tekro ao Tchad.

Acontece que esta zona, outrora considerada praticamente inútil e despovoada, não só não é inútil como não é despovoada. Em especial a faixa de Auzu, na vertente norte do Tibesti, parece ser muito rica em petróleo, ferro, chumbo, zinco, urânio etc. E as populações saharianas ten-

dem a ser cada vez menos nômades, vivendo já em oásis que pontilham os dois principais eixos de penetração da Líbia no Tchad: o de Auzu-Bardai-Zuar-Sherda, que tornea o Tibesti pelo Oeste, e o de Kufra-Tekro, que o rodeia pelo Leste, convergindo ambos em Largeau-Faya, no centro-norte do Tchad.

Num território desértico como é toda a metade norte do Tchad e quase sem vias de comunicação, o oásis de Largeau-Faya tornou-se um importante nó rodoviário, que não só recolhe os eixos provenientes da norte-tenha Líbia, como é o ponto inicial das estradas (ou trilhos) que ligam à capital (Ndjamena), para Sudoeste, a Fada, no maciço de Ennedi, que faz fronteira com o Sudão a Leste, e a Abéché no bem irrigado Sudeste tchadiano.

Compreende-se assim que o paupérrimo Tchad (100 dólares de rendimento anual *per capita*) não queira perder o norte do seu aliás vastíssimo território, em especial a promissora faixa de Auzu (que tem cerca de 100.000 km<sup>2</sup>). E compreende-se também que o coronel Kadaffi, impossibilitado de se expandir à custa dos seus vizinhos da costa mediterrânea, tenda a virar-se para Sul, onde o Tchad parecia mais isolado e acessível.

## O Tchad

Para mais o Tchad, com cerca de 1.300.00 quilômetros quadrados e apenas 5 milhões de habitantes, tem



## GRAVES CONFLITOS NOS ESTADOS AFRICANOS DA FAIXA SAHELIANA

vivido desde a independência em permanente desassossego.

País interior da África saheliana, a 1.600 quilômetros do Atlântico, depara internamente com graves problemas econômicos, étnico-tribais e religiosos (tal como a Mauritânia e o Sudão).

Chegado à independência sem estradas, sem estruturas administrativas, sem funcionários competentes e sem exército, o governo do Tchad viu-se logo a contas com a indisciplina e a insubmissão das suas heterogêneas populações, que incluem saharianos, árabes e negros, uns islamizados e outros animistas ou cristãos, nômades no Norte e sedentários no Sul.

Até 1965, a França ainda controlou militarmente toda a região norte, que já nos tempos coloniais se mostrara pouco dócil. Nesse ano, porém, o governo tchadiano assumiu a responsabilidade de todo o território, embora estabelecendo diversos acordos com a França, entre eles o que mantinha uma base militar na capital, então chamada Fort Lamy.

Logo começou a rebelião de Mangalmé, 500 quilômetros a Leste da capital, recusando-se os habitantes locais a pagar impostos. A repressão governamental foi severa e levou os rebeldes a fugir para as montanhas e para o Sudão.

Entretanto, diversos tchadianos, em especial originários do Norte, mostraram-se descontentes com as medidas tomadas pelo presidente de então (Tombalbaye, natural do Sul)

e exilaram-se no Sudão, onde criaram a Frente Nacional de Libertação do Tchad (FROLINAT). Alguns aproveitaram-se dos rebeldes de Mangalmé e formaram com eles grupos de guerrilheiros, cuja ação, durante 1966 e 1967, se estendeu também ao Nordeste. No final desse ano, porém, as relações entre o Tchad e o Sudão melhoraram e a FROLINAT teve que ir procurar refúgio na Líbia, onde então reinava o rei Idriss, que não mostrou grande entusiasmo pela sua presença.

A acalmia guerrilheira durou pouco, porém. Em 1968, grupos de rebeldes atuavam a Leste da capital e, no Tibesti, os aguerridos Tubus cercaram a guarnição de Auzu, que só foi libertada pelos pára-quedistas franceses da base de Fort Lamy, a pédição do presidente Tombalbaye. No ano seguinte, esse auxílio militar francês foi reforçado com legionários. E, após a visita ao Tchad do presidente Mobutu, o Zaire passou a ministrar instrução de pára-quedismo a centenas de tchadianos.

Foram anos de autêntica guerra civil, que originou milhares de mortos e levou mais de 150.000 tchadianos a refugiarem-se no Sudão e não poucos a recolherem-se à Líbia, onde o coronel Kadaffi, em 1969, assumira o poder e lhes começou a dar treino militar.

A situação econômica do Tchad agravou-se a partir de 1972, com o aparecimento das secas. As deficiências estruturais do país tornaram o auxílio externo extremamente difícil,



e milhares de tchadianos morreram de fome.

Militarmente, houve um breve período de estabilidade que a Líbia quebrou ao invadir o Tchad, ainda na década de 70, ocupando em permanência grande parte da faixa norte-nha de Auzu.

O presidente de então, coronel Hisene Habré, teve que pedir novamente o apoio militar francês, pois os invasores incluíam, não só os dissidentes tchadianos que se haviam refugiado na Líbia, mas também as próprias forças militares líbias que os apoiavam.

Em 1984, a França e a Líbia estabeleceram um acordo que previa a retirada do Tchad das forças militares dos dois Estados estrangeiros. Parece, porém, que esse acordo não foi respeitado, pois, no ano seguinte, contingentes líbios ocupavam cerca de um terço do país, isto é, muito mais que a faixa de Auzu. O nó vital de Largeau-Faya encontrava-se em seu poder, bem como as regiões de Wadi-Oum e Fada.

Em Wadi-Oum os líbios tinham construído uma pista de aviação com quase quatro quilômetros de extensão, a única existente no Norte do Tchad, e de onde levantavam vôo os caça-bombardeiros líbios.

Por seu lado as forças militares tchadianas não se encontravam inativas. Enquanto os 2.000 soldados franceses que as reforçavam ocupavam postos-chave ao longo do paralelo 16, prontos a repelir mais algum avanço dos invasores, os tchadianos

progrediram para Norte e, dotados de grande mobilidade e com bom conhecimento do terreno, tomaram de surpresa Fada, logo no princípio de janeiro de 1987. Fizeram numerosos mortos e feridos entre os líbios e apreenderam abundante material de guerra.

Não ficaram por aí, porém. O presidente Habré ordenou ao seu comandante-chefe que atacasse a base de Wadi-Oum. Os conselheiros militares franceses julgaram a ordem arriscada, receando que os tchadianos ainda não estivessem preparados para tal cometimento, tanto mais que a guarnição líbia da base estava calculada em cerca de 5.000 homens e dispunha de uns 400 blindados e carros de combate.

Em 19 de março, uma coluna de blindados líbios foi surpreendida pelos tchadianos e aniquilada, graças aos mísseis anticarro franceses *Milan*, bem manejados pelos tchadianos. Outra coluna que vinha em socorro da primeira foi também destruída à entrada do desfiladeiro de Kora. No total os líbios perderam mais de meia centena de blindados e 1.200 homens, além de inúmeros prisioneiros, que prestaram úteis informações sobre os campos de minas que rodeavam a base, a localização dos radares e dos lança-mísseis etc.

Mas o comandante líbio pareceu não acreditar que os tchadianos iriam mais longe. Por isso não tomou precauções especiais em Wadi-Oum. E, então, o impensável aconteceu: graças às informações prestadas pelos



prisioneiros líbios, os tchadianos, reforçados com autometralladoras francesas *AML-90* e com jipes *Toyota*, equipados com poderosos canhões sem recuo, ultrapassaram os campos de minas que rodeavam a grande base aérea e atacaram-na, em 22 de março, ao entardecer.

Em poucas horas a base foi tomada.

A acreditar nos comunicados oficiais tchadianos, os líbios tiveram perto de 1.300 mortos e mais de 400 prisioneiros, entre os quais o próprio comandante da base. Além disso, perderam ou abandonaram 11 caça-bombardeiros *L-39*, dois caças *Marchetti*, três helicópteros *MI-25*, dezoito lança-mísseis *BM-21*, dez radares e cerca de 400 blindados, além de centenas de armas individuais. A pista de aviação foi tornada inoperacional — o que impediu os líbios de utilizarem mais aviões em todo o Norte do Tchad e de dar proteção a Largeau-Faya, para onde logo se dirigiram os tchadianos vitoriosos.

Se os dados deste comunicado são certos, a derrota dos líbios foi enorme, pois em menos de três meses haviam perdido mais de metade dos seus efetivos e importantíssimo material de guerra. Bem armados mas mal treinados, os soldados líbios sofreram uma inesperada derrota que Kadaffi procurou minimizar ao conseguir manter na sua posse a faixa de Auzu.

O certo é que, desde então, a guerra Líbia-Tchad deixou de ser notícia, embora as ações de guerrilha

continuem no Norte do Tchad e o governo de Ndjamena nunca deixe de reivindicar a faixa de Auzu.

## A Líbia

Quando à Líbia em si, foi palco durante a II Grande Guerra de algumas das maiores batalhas de tanques do Norte de África, com destaque para as de Tobruk e Benghazi. Era então uma colônia italiana a quem, em 1949, a Assembléia Geral da ONU resolveu dar a independência, proclamada em dezembro de 1951.

A Líbia passou a ser um reino mas, em 1º de setembro de 1969, quando o rei Idriss estava ausente, um grupo de "oficiais livres" derrubou a monarquia e proclamou a República Árabe da Líbia, dirigida pelo coronel Mohamar K. daffi, desde janeiro de 1970.

A Líbia do coronel Kadaffi tem sido até agora um dos mais falados países da África. Com 1.750.000 quilômetros quadrados e apenas 4 milhões de habitantes árabes é, graças ao petróleo descoberto em 1958, o Estado africano com maior rendimento anual *per capita* (cerca de 8.500 dólares). Esta riqueza tem melhorado as péssimas condições em que o povo vivia, mas podia ter sido muito mais bem empregue, se Kadaffi não a desperdiçasse externamente.

De fato, Kadaffi é um vizinho algo preocupante para a Tunísia e para o Egito, além de ter sido um agressor para o Tchad. Inimigo declarado do Sudão, onde financiou diversas inten-



tonas contra o presidente Nimeiri, Kadaffi enviou tropas suas em apoio ao ditador Idi Amin, de Uganda, cujo regime ajudou a manter até a sua queda, em 1979. Apoiou também os guerrilheiros da Frente Polisário contra o regime marroquino, mas, em 1984, cessou tal ajuda, por o rei Hassan II ter mostrado vontade de uma aproximação entre os dois Estados. Aproximações destas têm sido tentadas por Kadaffi com a Argélia, com a Tunísia e até com o Egito, pois o sonho do controverso coronel é o domínio espiritual dos países árabes do Norte de África. Este sonho tem desfeito aquelas aproximações consideradas perigosas pelos outros países.

A riqueza que o petróleo lhe tem proporcionado tem permitido a Kadaffi treinar guerrilheiros e terroristas de diversos países e diferentes religiões, enviando também armas e dinheiro para locais tão afastados como a Irlanda do Norte (para o Ira, que luta contra os ingleses), o Líbano (para as milícias muçulmanas e esquerdistas), a Etiópia (para os rebeldes da Eritreia), a Nicarágua (para o governo sandinista combater os "contras" apoiados pelos Estados Unidos) etc.

Esta atividade de Kadaffi exasperou o governo norte-americano de Ronald Reagan que, em 15 de abril de 1986, enviou bombardeiros com base na Inglaterra atacarem "alvos ligados ao terrorismo" na Líbia.

---

Esse ataque não mereceu a aprovação mundial (e muito menos da

Liga Árabe), mas foi um aviso para Kadaffi, que ameaçou ligar-se ao Pacto de Varsóvia e instalar mísseis russos nas costas da Líbia, caso os norte-americanos voltassem a atacar. Gorbachev, já em plena Perestroika, não fez considerações acerca desta ameaça.

No princípio de 1987, deu-se a derrota das forças líbias no Tchad. Kadaffi minimizou-a mas não pôde deixar de reconhecer a utilidade do apoio militar francês aos tchadianos. Por isso criticou François Mitterrand e prometeu que o terrorismo continuaria na Europa, como de fato sucedeu.

No entanto, no campo interno, a estrela de Kadaffi parecia empalidecer. Dizia-se que alguns dos principais dirigentes desejavam limitar-lhe os poderes. E havia sinais de descontentamento em relação a algumas medidas econômico-sociais que Kadaffi tomara quando o petróleo estava em alta.

A verdade porém é que a Líbia continuava a ser um dos maiores produtores mundiais de petróleo e grande fornecedor da Europa, em especial da Itália e da Alemanha Federal. Isto não podia ser esquecido, embora tanto a Inglaterra como os Estados Unidos continuassem a achar que o melhor era tentar isolar Kadaffi.

Washington tomou mesmo severas medidas, entre as quais o abandono da Líbia pelas cinco grandes companhias petrolíferas norte-americanas que lá atuavam e a proibição total de relações comerciais ou até pessoais



(nem os turistas americanos puderam ir à Líbia depois de 1986).

Acontece que o alcance de algumas destas medidas foi praticamente nulo ou até mesmo economicamente prejudicial para os Estados Unidos, como sucedeu com as companhias petrolíferas que, devido às medidas tomadas por Reagan, simplesmente deixaram de fazer negócios. Os líbios mantiveram eles próprios a atividade dessas companhias e ficaram com os lucros que elas tinham sido obrigadas a abandonar pelo seu próprio governo.

Dá que Reagan, antes de acabar o seu mandato, tenha autorizado o regresso das companhias norte-americanas à Líbia. Mas manteve muitas outras medidas restritivas.

Por seu lado, Kadaffi parece ter compreendido que a Perestroika tendia a ser-lhe desfavorável, se ele mantivesse o seu ódio ao Ocidente e o seu apoio ao terrorismo. Resolveu por isso iniciar, em 1988, uma liberalização econômica crescente. Fechou, por exemplo, os "Supermercados do Povo", que só tinham levantado descontentamento, pois até alimentos haviam escasseado e o mercado negro florescera, e reabriu o comércio privado.

Esta e outras medidas econômicas, embora ainda tímidas, tiveram efeitos favoráveis não só dentro como fora da Líbia.

Ná primeira metade de 1989, delegações da Itália e da Alemanha Federal visitaram a Líbia, notando "mudanças positivas".

---

Mas, em maio, os Estados Unidos acusaram a Líbia de estar a montar em Rabta, no centro do país, uma importante fábrica de armas químicas. Houve mesmo receio de um novo ataque dos bombardeiros norte-americanos.

Kadaffi disse que se tratava de uma fábrica de produtos farmacêuticos e permitiu a visita de observadores, que nada puderam esclarecer, pois a visita foi severamente guiada por líbios que só deixaram ver o que entenderam que devia ser visto.

Soube-se depois que algumas firmas alemãs estavam comprometidas no projeto. Um inquérito do governo federal alemão confirmou este comprometimento: diversas firmas alemãs tinham vendido determinados produtos e componentes químicos a Hong-Kong que, depois, os revendera à Líbia! Era um processo comercial normal, depois de os Estados Unidos terem levado o Ocidente a não vender diretamente à Líbia certos produtos sofisticados.

O assunto caiu no esquecimento e hoje ainda não se sabe ao certo se Kadaffi já acabou ou não de construir a sua fábrica de produtos farmacêuticos. Mas o que se sabe é que, embora em baixa, o petróleo líbio ainda tem muito poder.

Aliás, a situação começa a ser curiosa.

No final de maio de 1989, a França decidiu vender de novo armas à Líbia, como sinal de satisfação pelas reformas econômicas lançadas por



Kadafi. E também porque a Itália já fizera o mesmo. No entanto, Paris sossegou o governo de Njamena dizendo-lhe que as armas vendidas não tinham perigo para o Tchad.

Na mesma altura, os Estados Unidos acusaram a Rússia de vender à Líbia 15 caças-bombardeiros *Sukhoi-24* e vários aviões de transporte *Ilyushin-76* transformados em aviões-cisternas, o que, dizia Washington, permitiria à Líbia atacar Israel. Claro que Moscou respondeu que se tratava de um contrato comercial idêntico aos que outros países do Ocidente também faziam com a Líbia. E ninguém acreditou que os radares de Israel ou os da 6.<sup>a</sup> Esquadra norte-americana não fossem capazes de detectar os novos aviões líbios.

Aliás, ao comprar o novo armamento, Kadafi limitou-se a substituir aquele que perdeu na guerra com o Tchad. E embora o ódio contra tudo que seja israelita continue a ser um dos pontos da política externa de Kadafi, juntamente com o nacionalismo árabe e com o ódio contra os Estados Unidos, o certo é que as relações com o Tchad são talvez aquilo que o preocupa mais, pois é difícil acreditar que ele se tenha esquecido do humilhante desaire sofrido no princípio de 1987.

Por isso é que diversos países e a própria OUA têm procurado concretizar a paz entre os dois Estados, o que até agora ninguém conseguiu. No entanto, o presidente egípcio, Mubarak, já melhorou as relações entre o seu país e a Líbia. E como presi-

dente em exercício da OUA, não deixar de continuar o esforço para aliviar a tensão líbio-tchadiana.

## SUDÃO

A guerrilha no sul do Sudão começou ainda antes de a Grã-Bretanha ter dado a independência ao país: em 1955, isto é, um ano antes da independência. E continua até hoje com pequenos intervalos mais ou menos pacíficos, atingindo portanto os 35 anos de uma duração que já causou mais de 2 milhões de mortos pela guerra e de talvez outros tantos pela fome e pela sede.

Os dirigentes rebeldes do Sul, que querem formar um novo Estado, a Azânia, dizem que antes da independência tinham procurado convencer os ingleses a separar o Norte do Sul ou, no mínimo, a criarem uma federação flexível, já que lhes parecia impossível conviverem no mesmo país árabes e negros africanos. Estes deixariam de ser colonizados pelos ingleses mas passariam a sê-lo pelos árabes de Kartum, nada ganhando portanto com a independência.

Isto foi realmente o que sucedeu.

Dividido em duas grandes regiões rática, religiosa e socialmente bem diferenciadas, com 14 milhões de árabes no Norte e 8 milhões de negros nas três províncias do Sul (Equatória, Alto-Nilo e Bahr-el-Gazal), o Sudão, maior país africano, nunca mais conheceu a paz inglesa.

De nada serviu o governo de Kartum ter procurado eliminar todas as



características que davam ao Sul uma identidade própria. Ele tornou obrigatória a língua árabe, que os pretos do Sul não falavam, e impôs o islamismo, não só à minoria animista como aos cristãos, expulsando os missionários. Além disso, colocou a administração e as forças de segurança nas mãos de árabes vindos do Norte, e desencadeou uma repressão que assumiu aspectos de genocídio.

Os negros sudaneses emigraram aos milhares para o Zaire e para Uganda ou acoitaram-se na selva. Em 1962, em Kinshasa, eles fundaram a Frente de Libertação da Azânia (FLA), cujas forças militares eram designadas por Anya-Any (nome de um veneno mortal) e estavam muito mal armadas, pois apenas tinham arcos e flechas, e as armas que apreendiam às tropas árabes ou que adquiriam aos rebeldes congolese (os "simbas").

Outros partidos políticos apareceram depois: a União Nacional Africana do Sudão (SANU) e a Frente do Sul. Sob pressão da OUA, a SANU chegou a enviar delegados seus a Kartum, em 1965, aceitando um projeto de federalização que não foi avante. A revolta alastrou na segunda metade desse ano, chegando quase todo o Sul a estar nas mãos dos rebeldes. Os militares árabes estavam confinados às cidades.

No final de 1965, a repressão aumentou, causando centenas de milhares de mortos negros, numa guerra que a censura de Kartum tornava quase esquecida do mundo.

O golpe militar do coronel Nimeiri, ocorrido em maio de 1969, mostrou inicialmente tendências esquerdistas, o que levou alguma esperança aos dirigentes rebeldes. De fato, em 1972, Nimeiri concedeu autonomia às três províncias rebeldes do Sul, pelo que a guerra civil conheceu um abrandamento. Delegados da SANU e da Frente do Sul foram admitidos no Parlamento de Kartum, embora em escasso número. Os missionários voltaram e procurou-se fazer regressar os refugiados.

Essa acalmia durou pouco, porém. A nova Constituição voltou a falar no regime unitário, na religião muçulmana e na língua árabe, parecendo esquecer totalmente as reivindicações dos negros do Sul.

Em setembro de 1975, Nimeiri acusou a Lfbia de ter financiado uma intontona militar, aliás facilmente dominada. O mesmo aconteceu em julho de 1976, mas desta vez foi precisa a ajuda do Egito e houve uns 800 mortos.

Em 1977, Nimeiri expulsou os seus conselheiros militares russos e virou-se para o Ocidente, que prestou ao Sudão um auxílio só excedido pelo concedido ao Egito. Estava-se em plena época de secas, que levou centenas de milhares de sudaneses do Sul a acorrerem a Kartum. Mas na Etiópia grassava também a fome e a guerra, pelo que um milhão de etíopes, em especial da Eritreia, fugiu para o Sudão, onde já se encontra-



vam uns 150.000 refugiados tchadianos fugidos da guerra civil no Tchad.

A situação no Sudão tornou-se crítica, apesar da ajuda que o Ocidente e a ONU lhe queriam prestar. A guerra quase destruiu a anterior organização administrativa e as comunicações rodoviárias e ferroviárias. Boa parte dos suprimentos alimentares era apreendida pelas forças militares da Etiópia, da Eritreia, dos rebeldes sudaneses e do próprio governo de Kartum. Por vezes o auxílio internacional tinha de ser suspenso por falta de segurança.

Em 1983, o então General Nimeiri enfrentava não só uma grave crise econômica, mas também dificuldades políticas crescentes, em especial por parte dos fundamentalistas islâmicos impulsionados pelo líder iraniano Komeini, os quais também já atuavam no Egito de Sadat. Procurando ser-lhes simpático, Nimeiri promulgou a lei da Sharia, que punia os ladrões com a amputação não só das mãos como dos pés (conforme a importância do roubo), além do apedrejamento até à morte por adultério comprovado e da flagelação corporal ou o enforcamento por ingestão de bebidas alcoólicas.

Claro que os negros do Sul não podiam compreender esta lei, que os revoltou ainda mais.

A situação piorou e, em abril de 1985, Nimeiri, que sobrevivera a uma dúzia de tentativas de golpe de Estado, foi finalmente derrubado pelo general Al Dahab e exilou-se no Egito.

Nos últimos 20 anos, o Sudão conheceu 15 intonações e golpes de Estado.

O novo regime de Kartum decretou o estado de emergência e levou a cabo eleições, em abril de 1986. Venceram os partidos do Norte, chefiados por Sadik Al Mahdi, que se tornou primeiro-ministro e procurou negociar com os rebeldes do Sul, então já reunidos no Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), criado em 1982, e chefiados pelo coronel John Garang, um Dinka do Sul, que se formara nos Estados Unidos. Decidiu também melhorar as relações com o Egito, com a Líbia e com a Etiópia.

Essas decisões deram alguns resultados. Por exemplo, em dezembro de 1987, Al Mahadi reuniu-se com o presidente Mengistu, da Etiópia, sob mediação egípcia, com o objetivo de melhorar as relações bilaterais, difíceis havia muitos anos, pois enquanto a Etiópia apoiava os rebeldes sudaneses do Sul, os sucessivos governos de Kartum tinham apoiado os rebeldes etíopes da Eritreia e do Tigré.

Por outro lado, Al Mahdi decidiu suspender a lei da Sharia no Sul. E, em novembro de 1988, o Parlamento sudanês chegou mesmo a votar uma proposta de paz com os rebeldes do Sul, a qual, em maio de 1989, foi apreciada em Bona (Alemanha Ocidental) por John Garang e por uma delegação de Kartum.

Também os Estados Unidos co-



meçaram a mostrar maior interesse pelo assunto, tendo alguns congressistas visitado o Sul do país em maio de 1989, enquanto o Secretário de Estado Herman Cohen se deslocara a Kartum, onde prometia a Al Mahdi empregar toda a sua influência em convencer o SPLM a aceitar a paz. Aliás, já em abril, o ex-presidente Jimmy Carter estivera em Kartum.

As reticências postas por Garang situavam-se em especial no fato de Kartum insistir em o Sudão ter só uma religião (a muçulmana), uma única língua (o árabe) e apenas partidos políticos árabes. O chefe dos rebeldes pugnava por uma democracia parlamentar sem discriminação étnica ou religiosa. Desejava também o fim do estado de emergência.

Era nítido o aumento da influência de John Garang, quer interna quer externamente. No campo interno, ele decidiu um cessar-fogo unilateral, a partir de 1º de maio de 1989, concordou com Al Mahdi na realização de uma conferência constitucional em setembro, iniciou conversações com o Ministro dos Estrangeiros em junho e assinou até um acordo com o Partido Democrático Unionista Sudanês, de tendência pró-Egito. No campo externo, depois da ida à Alemanha Ocidental, foi a Londres, ao Cairo e a Washington. E, ao que parece, continuou a receber armas da Etiópia e de Israel.

A tendência atual no Mundo para a moderação e a negociação políticas completavam assim um conjunto de medidas tomadas por Al Mahdi e por

John Garang, deixando prever para breve a paz no Sul do Sudão.

---

Muito menos esperançosa era a situação alimentar em todo o Sul do Sudão, pois a persistente seca fazia morrer diariamente centenas ou milhares de pessoas, apesar do auxílio que a ONU, a França, os Estados Unidos, a Alemanha Federal e a Rússia, entre outros países e organizações (como a dos *Médicos Sem Fronteiras*), continuavam a prestar.

Em abril de 1989, entrou em execução um plano para distribuir, antes do início da época das chuvas, cerca de 180.000 toneladas de alimentos, utilizando não só a via férrea, como as redes rodoviárias e ferroviárias. No tempo dos ingleses, esta última era uma das mais desenvolvidas da África mas, após a independência, o esquecimento a que o Sul foi votado pelo Norte, até na rede ferroviária se refletiu desfavoravelmente.

Este auxílio veio demasiado tarde, calculando-se que, em 1988, tenham morrido de fome mais de 250.000 sudaneses negros, e mais de 100.000 só no primeiro trimestre de 1989. E talvez nem metade tivesse chegado ao seu destino. Mas a sua execução assumiu aspectos de verdadeira odisséia, independentemente do êxito ou fracasso das diversas diligências levadas a cabo.

Não se tratava apenas de levar alimentos a milhões de refugiados reunidos em campos de concentração. Por toda a parte, ao longo das vias



de comunicação, havia milhares de esfomeados fugindo das guerras ou procurando qualquer coisa para comer; havia grupos de bandidos e de desertores armados que também tinham fome e que não recebiam atacar as colunas carregadas de alimentos (sorgo, em especial) pois bem sabiam que elas não tinham qualquer escolta armada; e havia os militares árabes quase sempre cercados nos centros urbanos do Sul pelos rebeldes do SPLA (o exército do SPLM), uns e outros cheios de fome.

Para tornar a situação ainda mais grave, as chuvas começaram logo no princípio de 1989 e com tal violência que as enxurradas destruíram as poucas estradas, pontes e pistas de aviação ainda existentes. Até Kartum esteve totalmente alagada durante mais de uma semana.

Os comboios de caminhões levavam dias para percorrer alguns quilômetros e eram atacados por grupos armados desconhecidos. Um desses comboios, partido de Kampala, no Uganda, em abril, levou sete dias para chegar à vila sudanesa de Torit, a menos de 600 quilômetros de distância.

Para mais, a atitude do governo de Addis-Abeba em nada ajudava o auxílio ao Sudão. A Etiópia fora igualmente afetada pela seca e por diversas vezes os seus militares fizeram parar os comboios rodoviários que sulcavam a estrada junto à fronteira entre os dois países, apossando-se de toneladas de alimentos destinados ao Sudão. As negociações para os com-

boios prosseguirem eram demoradas e nem sempre conheciam sucesso, pois o governo etíope dizia recear que os alimentos caíssem nas mãos dos rebeldes da Eritreia e do Tigré.

As tentativas para levar auxílio às regiões do Sul partindo do Norte também depararam com enormes dificuldades. As estradas encontravam-se minadas e sujeitas a emboscadas e, por isso, tentou-se recorrer à rede ferroviária, com destaque para o trecho entre Babanussa e Aweil, no Sudoeste do Sudão. Um comboio partido na segunda metade de maio levou oito dias para percorrer 280 quilômetros. Houve ocasiões em que até a linha férrea teve de ser reconstruída pelo próprio pessoal do comboio.

Também o papel desempenhado pela Cruz Vermelha Internacional, em especial quanto ao transporte aéreo de alimentos, foi importantíssimo. Calcula-se que os aviões fretados pela CVI levaram mais de 7.000 toneladas, quer para as forças de segurança sudanesas quer para os rebeldes, tendo tornado mundialmente conhecidas modestas pistas como as de Juba, Torit e Aweil.

Mesmo assim, apesar de todas essas dificuldades, no segundo trimestre de 1989, a ONU estava levando para o Sul do Sudão entre 25.000 e 30.000 toneladas de alimentos por mês. Ainda era pouco em face das necessidades. Mas, como ato de solidariedade, era uma esperança.

Em 18 de junho, foi noticiada uma intentona e houve manifestações em



Kartum, hostis a Al Mahdi, convocadas pela Frente Nacional Islâmica (FNI). Nelas se pedia o regresso de Nimeiri e se protestava contra a inflação (que já ia os 80%) e contra a corrupção que, dizia-se, aumentara imenso nos últimos tempos.

O verdadeiro golpe de Estado ocorreu porém a 30 de junho, devolvendo aos militares o poder que eles haviam cedido aos civis nas eleições de 1986.

O General Omar Al-Bechir assumiu as funções de Presidente, Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa e Comandante das Forças Armadas, tendo dissolvido o Parlamento e suspenso a Constituição. Como Chefe da Junta Militar então formada, logo no primeiro comunicado criticou a ação e a própria existência dos partidos políticos (que foram logo abolidos, tal como os sindicatos), acusando-os de terem "obrigado o Exército a lutar contra os irmãos do Darfur e do Cordofan, na região Oeste, para não falar na tragédia do Sul".

De fato, em maio tinha havido graves incidentes na região Darfur-Cordofan, fronteira com o Tchad, entre milícias árabes sudanesas do partido UMMA (liderado pelo agora deposto Al Mahdi) e negros tchadianos, com centenas de vítimas. Os governos de Kartum e do Tchad acusaram-se mutuamente, tendo este último declarado que as milícias eram armadas e financiadas pelo Coronel Kadaffi, da Líbia.

De resto, já anteriormente alguns chefes militares sudaneses, descon-

tentes com o regime civil de Al Mahdi, tinham ameaçado derrubá-lo se ele não negociasse a paz com os rebeldes do Sul. Não admira assim que o diálogo com as forças rebeldes fosse dos primeiros objetivos de Al-Bechir, pois "esta guerra exaurira economicamente o Sudão e ameaçara a sua unidade", disse. Por isso, decretou logo um cessar-fogo unilateral e uma anistia geral para os rebeldes, tendo também anunciado conversações diretas com o SPLM para acabar com as hostilidades.

Isto era, afinal, o que o deposto Al-Mahdi estivera tentando fazer.

O novo governo parece que incluía entre os ministros civis três ou quatro cristãos naturais do Sul. Foi reconhecido pelo Egito, Líbia, Yémen do Sul etc. Como é costume preocupou-se logo com a corrupção, o mercado negro, a acumulação ilegal de divisas, a inflação, o corte das despesas públicas etc. E, no princípio de agosto, estabeleceu um acordo com a Líbia, pelo qual esta "ajudaria o Sudão nos seus esforços para a unidade nacional através do diálogo e da cooperação", enquanto o Sudão apoiaria a reaproximação entre a Líbia e o Tchad. Ambos os governos apelavam para a libertação da África da presença militar estrangeira (apelo que obviamente era dirigido à França).

Este acordo com a Líbia esteve longe de agradar ao líder rebelde John Garang, tanto mais que Al-Bechir declarou-se favorável a uma união entre a Líbia, o Sudão e o Egito, união



essa que pelo seu pendor totalmente árabe não podia satisfazer os negros africanos do Sul. Sem dúvida que, tanto o Egito como a Líbia, dariam (como aliás logo deram) petróleo ao Sudão. Mas toda a gente sabe que o Sudão também tem petróleo. Está é no Sul e ainda por explorar, sendo por isso que Kartum teima em unificar o país.

Por outro lado, a ajuda da Líbia nos "esforços para a unificação do Sudão", significa, para John Garang e para o SPLM, uma ameaça grave.

E a promessa de Al-Bechir em proceder a um referendo geral sobre a questão da lei da Sharia, era um retrocesso. De fato, o deposto Al-Mahdi já suspendera a lei no Sul. E a realização do referendo só podia favorecer os árabes, pois eles são dois terços da população do país.

---

Desta forma a reação do coronel John Garang ao novo regime foi muito prudente. Pareceu-lhe que tudo estava a retroceder em relação ao que o SPLM já tinha alcançado no regime de Al-Mahdi.

No entanto, no final de agosto de 1989, em Addis-Abeba, realizaram-se conversações entre o novo regime sudanês e o SPLM. Redundaram porém em fracasso, pois tropeçaram logo na lei da Sharia que a delegação de Kartum se recusou a abolir no Sul. Mas Al-Bechir prolongou o seu cessar-fogo e declarou estar preparando um projeto de paz que teria em conta as diversidades sudanesas, em especial nos campos cultural, reli-

gioso e social. Um dos membros da junta militar admitiu mesmo a hipótese federalista com a criação de nove Estados, em vez das atuais seis províncias, cada um dos quais teria autonomia legislativa. Em resposta, um representante do SPLM voltou a esclarecer que o seu movimento continuava a querer um estado laico no Sul e o levantamento do regime de emergência.

No princípio de outubro, John Garang visitou alguns países africanos da "Linha da Frente" pedindo a sua intervenção junto de Al-Bechir. Este, no entanto, criticou logo os presidentes Kaunda, da Zâmbia, e Mugabe, do Zimbábue, por terem recebido Garang a quem chamou um "fora-da-lei". E foi procurar novos apoios nos países árabes do Norte e África, mostrando-se esperançado em vencer militarmente os rebeldes se as conversações voltassem a falhar.

E foi o que aconteceu: as novas conversações, realizadas em Nairobi no princípio de dezembro, constituíram total fracasso.

Tal como ameaçara, Al-Bechir acelerou a reorganização das Forças Armadas sudanesas, graças a maior auxílio militar em especial da Síria, do Egito e da Líbia e preparou-se para vencer o SPLM pela guerra.

Mas os rebeldes também se reforçaram. Como se sabe, as duas principais etnias negras do Sul são os Nubas e os Dinkas. Até então quase só estes últimos participavam na luta, comandados pelo seu líder militar e étnico John Garang. Mas a atuação



das milícias árabes do governo de Kartum no Kordofan, levou milhares de negros Nubas a fugirem, juntando-se aos Dinkas do SPLA.

Por outro lado, o auxílio militar israelita através da Etiópia parece ter aumentado.

Não admira, por isso, que o SPLA tivesse lançado uma ofensiva com artilharia e mísseis, a partir de bases na Etiópia. As forças sudanesas foram forçadas a recuar, abandonando cinco localidades da província do Nilo Azul.

A paz estava mais longe.

## CONCLUSÃO

Nenhum dos conflitos atrás citados está hoje ainda resolvido, embora se admita que se registraram alguns avanços, em especial no diferendo entre a Líbia e o Tchad. O Senegal e a Mauritânia mantêm as suas posições perigosamente rancorosas. E o Sudão está pior que nunca.

Assim, no final de agosto de 1989, com a Argélia por medianeira, foi assinado um acordo entre delegações da Líbia e do Tchad, no qual se previa, além da retirada das tropas da faixa de Auzu e da libertação dos prisioneiros de guerra, a adoção de uma solução política no prazo de um ano. Se esta solução não fosse encontrada, o assunto seria entregue ao Tribunal de Justiça, em Haia.

Não era ainda a paz mas estava-se a caminho.

Para a França este acordo permitiu-

lhe retirar alguns milhares de soldados que mantinha no Tchad e, por outro lado, estabelecer com Kadafi melhores relações.

Para o presidente tchadiano abriram-se perspectivas de reaver a faixa de Auzu, pois admitia-se que o Tribunal de Haia não aceitaria como válido o acordo entre Laval e Mus-solini, pelo qual a faixa de Auzu seria entregue à Líbia, então colônia italiana. Com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, este acordo nunca chegou a entrar em vigor.

Kadafi talvez tivesse pressionado o Tribunal a favor da Líbia. Se o fez, porém, atuou com prudência e moderação, características estas que fez vincar em outras ocasiões, aliás com maior proveito do que o obtido anteriormente com ameaças e terrorismo.

O acordo permitiu o regresso dos cinco mil prisioneiros que o Tchad detinha. E deu a Kadafi força suficiente para, uma vez mais, tentar a União do Magreb Árabe (UMA), desta vez com Marrocos, a Argélia e a Tunísia.

Mesmo com o Egito as relações melhoraram muito. Kadafi e Mubarak trocaram visitas no final de outubro de 1989. Desde a ida do falecido presidente Sadat a Jerusalém, em 1977, para ajustar com os israelitas os acordos de Camp David, que Kadafi cortara relações com o Cairo. A tensão entre os dois Estados mantivera-se mesmo quando, em 1988, num gesto de boa-vontade, Mu-rabak devolveu à Líbia os quatro MIG-23 que tinham aterrado no



Egito. Mas com Mubarak na presidência da OUA, Kadhafi não hesitou em reatar relações, como aliás já fizera com o rei Hassan II, de Marrocos (à custa da Frente Polisário a quem suspendeu todo o anterior apoio).

De qualquer forma, todos os países árabes do Norte de África encontram-se agora reconciliados, ignora-se por quanto tempo.

Além disso, Kadhafi passou a mostrar-se mais simpático ao Ocidente, em parte devido às medidas econômicas tomadas desde 1988 e consideradas como uma abertura "tipo Gorbachev". Com evidente sucesso, ele passou a estimular o pequeno empreendimento privado, autorizando sociedades e empresários como canalizadores, mecânicos, construtores civis etc., e fechando os olhos ao comércio "ilegal", em especial em mercados improvisados nos subúrbios das cidades.

A melhoria de relações entre Kadhafi e o Ocidente, em especial com a Itália, a Alemanha Federal e a França, conheceu o seu ponto mais alto em abril de 1990, quando ele surgiu como o impulsionador da liberdade de reféns franceses detidos no Líbano pela organização terrorista de Abu Nidal. Houve quem esquecesse que ele próprio ajudara a criar e subsidiara durante anos aquela organização. E não pareceu relevante o fato de a França, ao que constou, ter "pago" esta "intervenção humanitária" enviando a Kadhafi os três "Mirages" que retivera em 1986.

De qualquer forma, era evidente a maior moderação do presidente líbio. Mesmo quando, por razões ainda desconhecidas, ocorreu uma grave explosão na sua fábrica química de Rabta, já em 1990. Kadhafi acusou os Estados Unidos e Israel mas sem quaisquer exageros verbais. O mesmo aconteceu após a decisão do Tribunal de Haia, embora ainda agora se não saiba se a totalidade das forças líbias já retirou ou não da faixa de Auzu.

---

Quanto ao Tchad, a posição do presidente Habré tem vindo a fortalecer-se. Ele estabeleceu novas relações com o governo sudanês de Omar Béchir e prometeu uma anistia para os refugiados tchadianos armados que ainda se encontravam no Sudão. Mas, em novembro de 1989, noticiou ter morto trezentos guerrilheiros da Legião Islâmica Líbia, ao tomar-lhes a base que eles possuíam na fronteira entre o Sudão e o Tchad. Esta Legião tem sido acusada de, com a proteção de Kadhafi, enquadrar não só os refugiados tchadianos mas também as milícias árabes sudanesas que combatem os guerrilheiros negros do SPLM, em especial no Kordofan sudanês.

Importante para Habré foi o referendo realizado, em princípio de dezembro, no Tchad. A população foi convidada simplesmente a dizer "sim" ou "não" à sua permanência como presidente. Apesar da oposição da FROLINAT, ainda exilada na Lí-



bia, Habré recebeu 89% de votos e entrou no seu novo mandato (o primeiro começara em 1982). Foram as primeiras eleições nos últimos vinte anos, tendo sido também aprovada a nova Constituição.

---

O conflito entre o Senegal e a Mauritânia pode dizer-se que não conheceu qualquer desenvolvimento favorável.

Como a sua intervenção pessoal tivesse fracassado, o presidente Mubarak nomeou uma comissão de cinco países africanos para servir de medianeira. Mas o fracasso persistiu e as forças militares dos dois países mantêm-se frente a frente, separadas pelo rio Senegal (que não tem qualquer ponte a unir as duas margens).

O exército senegalês, embora só com cerca de dez mil homens, está bem treinado e armado, enquanto o da Mauritânia perdeu algo do seu crédito, ao retirar do Saara ex-espanhol, por imposição da Frente Polisário.

Julgamos saber que, além de um pequeno confronto, em novembro de 1989, não houve outros atritos entre os dois potenciais contendores.

Mas a situação interna em ambos os Estados não é boa.

Na Mauritânia, segundo a Imprensa noticiou, o governo local aproveitou os massacres de abril de 1989 para expulsar, não só os senegaleses que viviam na Mauritânia, mas também numerosos negros mauritanos — o que teria feito aumentar a tensão racial há muito existente no próprio país.

No Senegal ocorreram perturbações políticas no seio dos partidos da oposição — o que favoreceu o partido socialista do presidente Abdou Diouf, ainda no poder.

Mas talvez mais importante foi a decisão do presidente Dawda Jawara, da Gâmbia, de acabar oficialmente com a confederação que mantinha com o Senegal desde a tentativa de golpe de Estado de 1981, abortada graças à intervenção dos pára-quedistas senegaleses (feita a seu pedido). Esta união entre uma ex-colônia francesa e uma ex-colônia inglesa nunca funcionou bem, e o Senegal era o primeiro a deplorá-la devido ao contrabando que proporcionava, desfavorável a Dakar.

Na fronteira sul continua por resolver o litígio litoral com a Guiné-Bissau. Ocorrem por vezes incidentes provocados pela marinha senegalesa que apresa barcos de pesca guineense. E houve mesmo recontros terrestres na zona fronteiriça de São Domingos.

---

Muito pior parece ser a situação no Sul e Sudoeste do Sudão, pois ao aumento da atividade militar continua a juntar-se a tragédia da fome e da seca.

O governo de Al-Bechir confirmou, no final de 1989, que instalaria um regime federal em 1990, podendo os Estados federados adotar ou não a Lei Islâmica (Shária).

Aparentemente, esta seria uma solução que poderia acabar com a guerra. Só que os processos de



atuação do governo de Kartum (parece que cada vez mais influenciado pela Frente Islâmica), continuaram a não refletir qualquer moderação, não só conta os rebeldes do Sul mas até mesmo entre os árabes do Norte. No seu relatório de dezembro de 1989, a Anistia Internacional (AI) acusou Bechir de atrocidades e terrorismo contra os membros do anterior regime e outros intelectuais árabes, além de torturar e matar milhares de civis negros do Sul.

A revista *Afrique Contemporaine* revelou que 95% dos mortos pela guerra e pela fome eram negros sulistas e os restantes 5% eram negros muçulmanos do Oeste (maioritários no exército sudanês). As perdas "árabes" eram sempre ínfimas e, por isso, Al-Bechir não mostrava grande pressa em acabar com a guerra. Ele aguardava a vitória militar pelo desgaste dos rebeldes negros.

No entanto, o governo de Kartum (e o do Cairo) mostrou certa preocupação com o restabelecimento de relações entre a Etiópia e Israel, anunciada em novembro de 1989, como resposta à maior aproximação inter-árabe. É que, já no princípio da década de 70, a Etiópia falara em construir barragens sobre o Nilo Azul, que é o principal afluxo de águas (cerca de 80%) ao Nilo Branco, onde a barragem de Assuão é vital para o Egito. O grande receio é que com técnicos israelitas, a Etiópia venha a concretizar o projeto de há vinte anos — o que poderia trazer consequências gravíssimas para a economia egípcia.

Daf o crescente apoio do presidente Mubarak a Al-Bechir, que, no princípio de 1990, começou a sentir maior resistência interna à sua política. Em quatro meses houve duas tentativas de golpe de Estado que levaram ao fuzilamento de dezenas de oficiais árabes, incluindo dois generais.

Por outro lado, suspensas as negociações, a guerra no Sul conheceu novo agravamento desde o final de 1989, em especial entre a fronteira do Uganda e a região de Juba (cuja capital, com o mesmo nome, é a terceira cidade do Sudão). O próprio comunicado oficial de Kartum confessou uma "retirada tática das suas tropas, em face do ataque das forças do SPLA apoiadas pelas de um país vizinho". Claro que este "país vizinho" só podia ser a Etiópia que, no entanto, na altura, lutava desesperadamente contra eritreus e tigrenses.

Em fevereiro, Juba esteve prestes a cair nas mãos dos rebeldes, mantendo-se isolada durante meses e sendo abastecida apenas por meios aéreos.

Entretanto a fome continuou ameaçando, não só o Sul como o Oeste do Sudão (Darfur e Kordofan), onde dois milhões de pessoas estavam em risco de morrer, visto a maior operação de ajuda humanitária à África, levada a cabo pela ONU e por outras organizações, ter sido suspensa várias vezes por falta de segurança devido ao recrudescimento dos combates. Até os aviões eram atingidos, como sucedeu com um dos "Médicos sem Fronteiras".



As esperanças de milhões de sudaneses eram cada vez menores, pois toda a gente sentia que a guerra não poderia resolver nada, ao contrário do que Al-Bechir parecia ainda acreditar, ao teimar na "superioridade e no paternalismo dos árabes" sobre os negros africanos do Sul do país.

Para John Garang, e mesmo para

muitos árabes sudaneses, só uma reestruturação total do Estado sudanês e da sua economia poderia conduzir a uma solução equilibrada e duradoura.

Mas até que esta solução seja alcançada, quantos milhões de sudaneses vão ainda morrer?

---